

## **O PLANO IBERO AMERICANO DE LEITURA (2005) E AS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO E LEITURA NO BRASIL E NA BAHIA ENTRE 2007 E 2015:**

APONTAMENTOS INVESTIGATIVOS.

João Vanderlei de Moraes Filho<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Como resultado parcial da investigação sobre os desdobramentos do Plano Ibero Americano de Leitura nas políticas culturais para o livro e leitura na Bahia entre 2007 e 2015, com eixo nos estudos multidisciplinares, o texto pretende desfiar o tecido histórico da formação do Plano Ibero Americano de Leitura, iniciado em 2001, e suas implicações no Brasil e na elaboração do Plano Estadual do Livro e da Leitura da Bahia, a fim de desenhar um panorama das políticas culturais para o livro e leitura no contexto ibero americano no Brasil e na Bahia entre 2007 e 2015. Neste sentido, delinear as estruturas institucionais e implicações da gestão e práticas nacionais desenvolvidas desde o Ministério da Cultura na Bahia. Desta maneira, decalcar desdobramentos do PNLL - Plano Nacional do Livro e da Leitura no PELL – Plano Estadual do Livro e Leitura<sup>2</sup>.

**Palavra Chave:** Políticas Culturais; Plano Ibero Americano de Leitura; PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura; PELL - Plano Estadual do Livro e da Leitura. Livro e leitura.

### **INTRODUÇÃO: DESCOBRINDO O CONTEXTO IBERO-AMERICANO**

As políticas culturais para o livro e leitura em contexto ibero americano guardam em seu tecido histórico tensões geopolíticas e experiências alinhavadas às práticas editoriais espanholas implementadas em distintos países da América Hispânica e Brasil. Tais práticas configuraram-se em institutos e câmaras nacionais de livros inaugurados no início da década de XX do século passado, estampando desde Madrid e Barcelona uma cultura de organização do setor editorial em agremiações segmentadas, aliadas a investidores do mercado livreiro já articulados por intervenções anteriores que visavam a proteção e interesses relacionados ao direito autoral e à propriedade intelectual (RUS, 2003).

---

\*Graduado em Letras ILUFBA. Mestre e doutorando em Cultura e Sociedade/Pós Cultura/IHAC/UFBA. Observatório Políticas Culturais CULT – Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura / UFBA  
Bolsista FAPESB. escrevista@gmail.com

<sup>2</sup> A possibilidade de conectar em um sistema nacional de cultura 5.565 municípios através da elaboração e debate de uma política nacional de cultura configura-se como experiência ímpar numa democracia sempre por um fio como tem sido no Brasil. Do total de municípios brasileiros, dos quais 417 estão na Bahia, fragmentados em 27 Territórios de Identidades, todos, em tese, tem direito a cultura. E se pensaram e refletiram sobre seus planos de cultura, ou setoriais não assistem silenciados às tristes tradições no cotidiano das políticas edificadas na última década. Cabe o registro e reflexão como se estabelece neste Fórum. Fora Temer!!!

Assim, a Convenção da União de Paris, em 1883 (CUP), Propriedade Industrial, e a Convenção de Berna, de 1886 (CUB), Direitos Autorais, antecederam e demarcaram sinais contributivos para desdobramentos que resultariam na articulação e criação de um espaço consumidor da produção editorial espanhola na América Latina. Estas iniciativas<sup>3</sup> vincularam o setor editorial a um propósito não meramente econômico transnacional para difundir uma produção de conteúdos literários, sendo o livro um produto cultural tratado por gestores “apaixonados” e auto declarantes *independentes*. Em tempos atuais alcançar a condição de borrar fronteiras é uma exponencial dirigida por *majores* de capital aberto e detentoras de cadeias de editoras, distribuidoras e livrarias articuladas historicamente em torno do capital, ou pequenas exceções que em menor escala assimila a cartografia e sistematicidade do campo editorial enquanto indústria.

A prioridade de editores, livreiros e distribuidores espanhóis desenhou no espaço latino-americano um território no qual demandas socioculturais e educacionais vinculadas ao livro tornaram-se pilares da expectativa e interesses entre Estado e mercado. Tornar o livro um conteúdo tangível e acessível aos distintos territórios nacionais através da mediação da escola e da biblioteca pública fez e faz da leitura uma prática cultural parte de um cambio da história que ainda não se lê em muitos países. Daquela indústria em formação e de certos papéis do Estado, ou melhor, das obrigações do estado em relação aos direitos socioculturais atribuídos aos cidadãos, resultaria uma articulação geopolítica e cultural capaz de estreitar distintos organismos internacionais e países ao redor da institucionalização do tema alinhando escrita, livro, biblioteca e leitura à uma política de estado. Naquele momento, o propósito seria tingir o espaço cultural latino americano com enlances institucionais favoráveis à difusão e distribuição da produção lítero-cultural espanhola. Todavia, só a partir do pós IIª guerra mundial, com criação da UNESCO, que foram internacionalizadas diretrizes estruturantes às políticas de estado destinadas ao livro, leitura e biblioteca.

Estes enlances, diretrizes, institutos, câmaras, conselhos para o livro e leitura, dão dimensão das redes, do mercado à indústria editorial, a certos nichos, unidades e fragmentos de saberes e conhecimentos com os quais esta pesquisa associa-se de maneira disciplinar para dar conta daquilo que os estudos multidisciplinares em cultura investe como objeto de análise: neste caso, as políticas para o livro e leitura como marco do Plano

---

<sup>3</sup> Inauguração de Câmaras e Institutos.

Ibero Americano de Leitura (CERLALC/OEI, 2005). Por isto, a epistemologia historiográfica, a sociologia da literatura, a edição, a economia da cultura, a noção de democratização do acesso ao livro e promoção do hábito da leitura e da escrita, orientadas por organismos internacionais, o contexto da alfabetização e do letramento, são colunas primordiais deste estudo, assim como o desenvolvimento simbólico e econômico se compõem basilares nesta reflexão das políticas culturais.

#### **DESDOBRAMENTOS: TECENDO CARTOGRAFIAS DOS PLANOS NACIONAIS DE LEITURA**

As iniciativas de organizações associativistas e gremiais aqui referidas dirigiram um modelo de comercialização e ampliação do mercado editorial que borrou fronteiras dos distintos países hispânicos e do Brasil. Destes enlaces, com propósito de articular a distribuição e difusão editorial, surgem as primeiras Câmaras e Institutos Nacionais do Livro centradas na tecnologia espanhola que se materializou com o fortalecimento das redes criativas e produtiva do livro e em paralelo a criação de um espaço cultural favorável ao mercado editorial. Neste sentido, alcançar índices satisfatórios de alfabetização, letramento, leitura, serviços bibliotecários, foram e são premissas fundamentais no projeto político dos distintos países da América hispânica e Brasil, inserindo, portanto, as políticas culturais neste contexto multidisciplinar para estudos sobre o livro e leitura.

A elaboração de um documento dirigido pela Organização dos Estados Ibero Americanos o que pactuasse o compromisso dos chefes de estados em promover o hábito da leitura e a democratização do acesso do acesso livro de maneira a articular, na última década, a sociedade civil, o estado e o mercado, reaparece de forma sistêmica nas Conferências Ibero – Americanas de Cultura, especialmente a partir do VIª, em 2001, ocorrida em Lima. Neste encontro, realizado pela Organização dos Estados Ibero Americanos, o *livro e a leitura* são tratados como temas que deveriam ser pauta da agenda de políticas públicas de cultura dos países membros. Em 2003, na Bolívia, durante a da VIIª Conferência Ibero-Americana de Cultura e XIIIº Encontro da Cúpula de Chefes de Estados Ibero-Americanos, representantes dos países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela assinaram a DECLARAÇÃO DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA, não só reafirmando o interesse em elaborar um documento,

mas reconhecendo a leitura como *un instrumento real para la inclusión social y un factor básico para el desarrollo social, cultural y económico*<sup>4</sup> (Apud MORAES FILHO, 2011)<sup>5</sup>.

Desta declaração, assinada pelos chefes de Estado, semeia-se um processo de mobilização e articulação para realizar o ILIMITA – Plano Ibero-Americano de Leitura. Instituído em 2005, sob auspício da Organização dos Estados Ibero-americanos, e elaborado pela CERLALC – Centro para Fomento do Livro na América Latina e Caribe, o Plano objetivou construir um espaço favorável à promoção da leitura e democratização do acesso ao livro na região. Para isto, estabeleceu dentre suas metas assessorar e estimular a institucionalização de leis de livro, elaboração, execução e financiamento de PNL – Planos Nacionais de Leitura<sup>6</sup>. Camila Rodrigues LEITE (2016), em um artigo no qual expõe resultados de sua investigação de mestrado sobre a participação das Bibliotecas Comunitárias na construção das políticas nacionais para o livro e leitura<sup>7</sup>, constatou a institucionalização de alguns Planos Estaduais de Leitura: Mato Grosso do Sul (2010), de Tocantins (2012), do Distrito Federal (2012), do Rio Grande do Norte (2013), da Bahia (2011)<sup>8</sup> e do Paraná (2015) e dos Planos Municipais de Canoas (2012), de Joinville (2012), de Porto Alegre (2013), Nova Iguaçu (2014), Salvador (2014) e São Paulo (2015), sem contudo dedicar-lhe atenção ao que se refere às respectivas implementações e desdobramentos vinculados ao Plano Nacional do Livro e Leitura.

O alinhamento do Brasil com a Declaração de Santa Cruz de La Sierra, assinada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi materializada através da institucionalização da primeira Lei do Livro do país<sup>9</sup>, em 2003. A partir daí, marca-se o princípio de um período no qual o Ministério da Cultura, com alguma participação do

---

<sup>4</sup> Um instrumento real para a inclusão social e um fator básico para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

<sup>5</sup> Associação de práticas culturais ao desenvolvimento simbólico. A expansão do livro, da alfabetização e sobretudo a compra de livros por parte dos estados latino-americanos são justificados pela possibilidade de desenvolvimento que eles podem trazer.... poder reconhecido pelos principais estadistas que estabeleceram os vínculos de parte das américas à Portugal e Espanha.

<sup>6</sup> Ver Rede de Planos de Leitura em: <http://www.cerlalc.org/redplanes/>

<sup>7</sup> Para uma noção do itinerário das políticas culturais para o livro e leitura no Brasil, e da participação dos organismos internacionais nesta construção pode-se acessar os artigos: Políticas culturais para o livro e leitura no Brasil: Contexto e desafios (1) e Notas sobre a participação de organismos internacionais nas políticas culturais para o livro no Brasil e Colômbia (2), disponíveis nos links: (1) <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24776.pdf> (2) [http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas\\_Culturais/II\\_Seminario\\_Internacional/FCRB\\_JoaoVanderleiMoraesJunior\\_Notas\\_sobre\\_a\\_participacao\\_de\\_organismos\\_multilaterais\\_na\\_construcao\\_de\\_politicas\\_culturais.pdf](http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_JoaoVanderleiMoraesJunior_Notas_sobre_a_participacao_de_organismos_multilaterais_na_construcao_de_politicas_culturais.pdf)

<sup>8</sup> Na Bahia, todavia, o PELL foi instituído em 2011 através do Decreto . A Aprovação do texto elaborado pela Coordenação Executiva do CDPELL – Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e da Leitura só ocorreu em 2014.

<sup>9</sup> Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003

Ministério Educação, empenha-se em tecer um conjunto de diagnósticos, encontros regionais e articulações institucionais para elaboração e implementação do PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura. Entre 2003 e 2006 foi possível estabelecer tessituras com Estados e Municípios afim de, ao mesmo tempo, fortalecer o nascimento do PNLL, em março de 2006 e instituído pela Portaria Interministerial N.º 1.442, de 10 de Agosto de 2006, mas sobretudo, provocar a mobilização de agentes articulados à cadeia produtiva e criativa do livro, e com isto, a construção de estruturas administrativas nas instituições responsáveis pela gestão das políticas e práticas para democratização do acesso ao livro e paralelamente à leitura nas distintas unidades federativas.

Durante a elaboração dos planos são tingidas diretrizes, metas e objetivos acordados entre distintos setores da cadeia produtiva e criativa do livro e da leitura, biblioteca e literatura. A participação democrática e convocação pública em conferências e encontros setoriais, além de somar interesses em pautar políticas públicas de livro e leitura, confere à política implementada certa representatividade cidadã tensionada pela tríade: Estado X mercado X sociedade cidadã e de consumo. Nesta articulação transnacional, a democratização do acesso ao livro e à leitura em nível nacional, estadual/distrital e municipal representaria o alcance pleno do ILIMITA em cada país. Para a indústria do livro, está implicado aí, a aquisição de livros pelo Estado para compor os diversos Programas Nacionais.

Segundo dados da CERLEALC, a partir de 2002 há uma aceleração no crescimento das cifras no que se refere ao comercio exterior, considerando os dados entre 1998 e 2007, houve um incremento de 64% no volume negociado. Passando em 98 de 10.569 milhões de dólares para 17.362 milhões de dólares em 2007. Importante perceber, no que se refere ao contexto mundial, a Ibero América, em especial Espanha, Colômbia, México estão entre os 20 maiores exportadores de livros, representando cerca de 4,7 destas exportações, em contexto mundial. A América Latina representa cerca de 3,1%, a Espanha, na região Ibero Americana representa 58%. (MORAES FILHO, 2016)

Uma leitura da experiência brasileira em aquisição de livros pelos programas ministeriais da Educação e da Cultura expõe um percentual considerável do mercado de livros do país, e neste caso, as editorias e MAJORS estrangeiras saem na frente em detrimento das medias e pequenas editoras que nutrem a bibliodiversidade esperada no mercado<sup>10</sup>. Desde 1985, com a oficialização de mecanismos de financiamento aos programas nacionais para aquisição de livros, dentre os quais os didáticos e escolares, o

---

<sup>10</sup> Ver: Mercado de Textos Escolares. In: Producción y comercio internacional de libros en América Latina 2003, CERLALC, 2005, p. 106

mercado editorial brasileiro se tornou alvo de investidores espanhóis. Para se ter uma ideia, em 2007, foram distribuídos 120.688.704 livros para 42.565.864 estudantes matriculados nos ensinos fundamental e médio do país (censo escolar de 2005), por meio dos seguintes Programas no âmbito do Ministério da Educação / Plano Nacional do Livro e Leitura (CASSIANO, 2007):

- PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: 102.521.965
- PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO: 9.175.439
- Alfabetização (libras): 16.500
- PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA / Braille: 11.360
- PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO / Braille: 9.310
- DICIONÁRIOS 5ª. a 8ª série: 1.721.930

No âmbito do Ministério da Cultura, o Programa Mais Cultura possibilitou a requalificação de bibliotecas públicas, formação de mediadores de leitura e através dos Pontos de Leitura e Agentes de Leitura foram destacados fragmentos de um Brasil até então ignorado na unidade nacional. Não se percebeu, todavia, uma política de articulação vinculada aos serviços bibliotecários nem ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, embora alguns editais tenham convocado bibliotecas públicas e comunitárias a exemplo do Edital de Concurso Público nº 1/2009, “Edital Mais Cultura de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais”, que destinou um total de 6,5 milhões de reais para a modernização de 200 bibliotecas de municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. o Edital de Concurso Público nº 3/2010, “Edital Mais Cultura de Apoio às Bibliotecas Públicas 2010”, disponibilizou R\$ 30.600.000,00 para investimentos em acervos, equipamentos, mobiliários e capacitação de pessoal (MACHADO, 2010).

Este processo articulou e mobilizou um conjunto de editoras, escritores, mediadores de livros e leituras, bibliotecários, gestores e investidores do mercado editorial reunidos em agremiações. O itinerário delineado pelos encontros, estudos e debates sobre o setor do livro e leitura provocados pela CERLALC/OEI, com o ILIMITA, alinhou um tecido territorial ibero-americano revelado em desdobramentos e conexões estabelecidas a partir de certa unicidade dos modelos de leis, políticas e práticas para o livro e a leitura usados e difundidos em distintas unidades federativas da América Hispânica, Brasil, Portugal e Espanha. Desta verificação, percebe-se decalques sutis de fronteiras geo-políticas e culturais que fragmentam e unem o espaço Ibero-americano. Dentre as tensões inerentes à cultura capitalista que regem as relações de consumo e produção editorial historicamente organizada neste território, nota-se a presença da indústria editorial espanhola na América



hispânica e Brasil, exercendo desníveis às políticas culturais para o livro, em detrimento a bibliodiversidade local (MORAES FILHO, 2016).

O breve panorama sobre a elaboração e execução do Plano Ibero Americano de Leitura ora exposto contextualiza alguns enlaces com as políticas culturais para o livro instituídas no Brasil a partir de 2003. É neste contexto que no âmbito do Ministério da Cultura formulou-se uma estrutura administrativa específica para gestão das políticas e práticas referentes ao livro e à leitura com o propósito de atender á responsabilidade assumida em acordos internacionais. A criação da DLLLB – Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca<sup>11</sup>, dos Colegiados, Conselhos e Conferências Setoriais do livro e Leitura refletem o ambiente gerado pela implementação de um modelo de gestão inaugurado pelo Ministério da Cultura amalgamado às demandas organizacionais acionadas pela edificação do sistema e do plano nacional de cultura.

Assim, a relação com os estados e municípios tornou-se primordial, tanto para acionar o federalismo, ou seja, a responsabilidade assumida dos distintos entes: nacional, estadual e municipal, quanto para se ter noção do lugar da política de acesso e da organização da cultura no país. A composição administrativa experimentada pelo MinC – Ministério da Cultura configurou-se como modelo para gestão pública em alguns Estados, sendo possível perceber aproximações entre a formação da Diretoria do Livro e da Leitura da Fundação Pedro Calmon, vinculada a Secretaria Estadual de Cultura da Bahia, responsável pela implementação e acompanhamento das políticas para o livro no Estado, com a DLLLB, do MinC. A formulação e instalação dos colegiados participativos vinculados ao Plano e ao Sistema Nacional de Cultura, dos quais o Colegiado Setorial do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca fizeram parte. Neste contexto, de amplitude geopolítica, econômica e cultural, entende-se os des(a)fios das políticas culturais para o livro e leitura na Bahia, notadamente a partir de 2007, com o nascimento da Secretaria Estadual de Cultura, então desvinculada da de Turismo. A leitura proposta, portanto, oferece a possibilidade de perceber tingidos no Brasil e na Bahia desdobramentos de políticas, gestão e práticas para promoção do acesso ao livro e ao hábito da leitura,

---

<sup>11</sup> “A DLLLB, criada em 2008, é responsável pela formulação, implementação, monitoramento e avaliação da política do MinC no campo do livro e da leitura. Em 2011, deixou de ser diretamente subordinada ao MinC e passou a reportar à Fundação Biblioteca Nacional. Em 2014, voltou a pertencer à estrutura organizacional do MinC onde ganhou mais importância e passou a incorporar na sua estrutura o Sistema Nacional de Bibliotecas (SNBP); o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler); e a Biblioteca Demonstrativa Maria da Conceição Moreira Salles - BDB, além das Coordenações-Gerais de Leitura e de Literatura e Economia do Livro” in: NETO, 2016.

## **NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS DESDOBRAMENTOS NA BAHIA**

A eleição de Jaques Wagner (PT) para o governo da Bahia, em 2007, marcou o princípio de um novo paradigma na gestão e financiamento da cultura no Estado. O segundo mandato do governo do então presidente Lula e o primeiro de Jaques Wagner combinavam expectativas e esperanças, ou melhor, este alinhamento favoreceu um intenso debate sobre gestão<sup>12</sup>, políticas e práticas sistêmicas e estruturantes para organização e democratização da cultura e acesso a financiamento na Bahia<sup>13</sup>.

Os primeiros enlaces entre estes dois entes federativos foram possíveis de apreciação pública quando, em 2007, a equipe gestora da recém-inaugurada Secretaria Estadual de Cultura apresentou a estrutura administrativa da Secretaria durante o II Ciclo de Debates sobre Políticas Culturais, realizado pelo CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, no auditório da Faculdade de Comunicação da UFBA, entre os dias entre os dias 6 e 8 de março. O registro do Ciclo está impresso num pequeno compêndio publicado pelo CULT/UFBA organizado por RUBIM e ROHDE (2007). Na exposição dos neófitos, se lê as expectativas centrais dos desafios que empreitaram a equipe em dois mandatos de Jaques Wagner. Importa, contudo, os visíveis enlaces com as políticas nacionais e o tom de mudança que nutria o período o discurso transcrito na edição.

No discurso do Diretor Geral da FPC - Fundação Pedro Calmon, o Historiador Prof. Dr Ubiratan Castro, apontava para elaboração do Plano Estadual do Livro e Leitura, para experiência desenvolvida por Fabiano dos Santos Piuba no Ceará, tratava-se do projeto Agentes de Leitura, além das Conferências de Cultura, que apareceria como novidade no cenário cultural baiano. A possibilidade de firmar convênio com o MinC para estadualizar programas para o livro e leitura era constantemente repetido pelo Prof. Ubiratan Castro. O maior desafio para implementar tais políticas seria articular a cadeia produtiva e criativa do livro, dispersa e sem creditar no Estado a capacidade de promover mudanças no comportamento editorial e leitor. Todavia, com a nova política de editais algumas editoras surgem, outras se fortalecem, outras como vaga lumes: iluminam e se apagam com o fim de tais incentivos estaduais.

---

<sup>12</sup> O avanço do governo Wagner é possível mensurar ao expor o contraditório governo do mesmo partido iniciado em 2015, inaugurado por Rui Costa. As políticas de estado figuram como de governo, sem valor de continuidade.

<sup>13</sup> A partir de 2003, na gestão do Ministro Gilberto Gil, estudos e diagnósticos foram desenvolvidos para nutrir a elaboração e implementação de uma política nacional de cultura que podia ser percebida nas diretrizes do Plano e do Sistema Nacional de Cultura. Todavia, a Secretaria pouco dialogava com as dimensões cidadã, simbólica e econômica, tripé da cidadania cultural e noção de desenvolvimento proposta pelo Ministério e, em 2010, instituída pela Lei da Cultura



As novidades sinalizadas pelo Professor Bira, como era popularmente o historiador Prof. Dr. Ubiratan Castro, decalcava modelos oriundos do Ministério da Cultura, a exemplo da separação da competência setorial de literatura do campo da cultura para o das artes, como ocorreu no MinC em relação FUNART – Fundação Nacional das Artes, o mesmo ocorreu na Bahia. Antes a vinculação do livro, leitura, literatura e bibliotecas públicas estavam apoiadas à Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB<sup>14</sup>. Com a percepção da Literatura como linguagem artística, queda-se na Fundação Cultural do Estado ao lado de outras coordenações na Diretoria de Linguagens Artísticas, enquanto Livro e Leitura, passa à gestão da Fundação Pedro Calmon<sup>15</sup>. O Sistema Estadual de Bibliotecas compunha a estrutura organizacional da Fundação Pedro Calmon desde 2002.

Com a criação da Diretoria do Livro e da Leitura (DLL) se evidencia a centralidade e importância política do setor no segundo mandato de Jaques Wagner, com a instituição da Lei 12.212, de 04 de maio de 2011

(...) Que modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, no Artigo 88º, onde consta criação na estrutura organizacional da FPC/Secult/BA, através do inciso II, com “a finalidade de planejar, coordenar, avaliar e apoiar programas e ações relacionadas ao desenvolvimento da leitura, da produção literária e da cadeia produtiva do livro, no âmbito do Estado da Bahia, bem como incentivar essas ações<sup>16</sup>”.

Em outubro do mesmo ano, foi instituído o Plano Estadual do Livro e Leitura do Estado através do Decreto nº 13.394, durante a realização da Bienal do Livro da Bahia. Na ocasião também foi realizado o Fórum Nordeste do Livro e da Leitura: reflexões sobre o livro e leitura na Bahia e no Nordeste. Neste itinerário, uma sucessão de retalhos tecem as políticas culturais para o livro na Bahia. Da recepção estrutural do Núcleo do Livro, Leitura e Literatura, na Fundação Pedro Calmon, à criação da Diretoria do Livro e da Leitura, ao Plano Estadual do Livro e da Leitura etapas “des’cobertas” compõem um tecido de práticas na Bahia pensadas e implementadas não por acaso.

## **O PLANO ESTADUAL DO LIVRO E DA LEITURA**

---

<sup>14</sup> Até dezembro de 2002, a diretoria de Bibliotecas Públicas também compunha o corpus administrativo da Fundação Cultural, com a institucionalização da lei 8.538, a Diretoria de Bibliotecas passa à gestão da Fundação Pedro Calmon.

<sup>15</sup> Esta transferência do NLLL – Núcleo do Livro, Leitura e Literatura causou certo desconforto com servidores públicos lotados na FUNCEB, órgão de origem do Núcleo. Com a extinção do NLLL da FUNCEB e suas atribuições transferidas à FPC, os servidores, sem função na FUNCEB, foram convidados a compor o novo Núcleo na Fundação Pedro Calmon sem, todavia, respaldo legal para compor o quadro da instituição. Migraram para FPC e atuam como se na Funceb, sem prejuízo legal. Os servidores foram encaminhados para seguir contribuindo com o NLL que, em 2011, deu lugar a Diretoria do Livro e da Leitura.

<sup>16</sup> Diário Oficial do Estado da Bahia (DOE) / Edição: Ano XCV, Nº 20.549, de 05 de maio de 2011.

No Estado da Bahia duas secretarias estão diretamente ligadas ao tema livro e leitura e por conseguinte ao PELL:

- SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA / Fundação Pedro Calmon

Diretoria do Livro e Leitura (DLL), criada em 2011, é a responsável pela execução de políticas públicas de fomento, difusão do livro e estímulo à leitura.

Diretoria de Bibliotecas Públicas (DIBIP), que tem por finalidade promover as ações culturais nas Bibliotecas, garantindo o acesso à informação e estimulando a prática da leitura, composta por duas gerências (Gerência do Sistema de Bibliotecas – (GESB) e Gerência Técnica - (GETEC), oito Bibliotecas (seis em Salvador, uma em Lençóis e uma na Ilha de Itaparica, quais sejam: Biblioteca Pública do Estado da Bahia - Barris; Biblioteca Infantil Monteiro Lobato - Nazaré; Biblioteca Juracy Magalhães Jr. - Rio Vermelho; Biblioteca Anísio Teixeira - São Bento; Biblioteca Thales de Azevedo - Costa Azul; Biblioteca Juracy Magalhães Jr. - Itaparica; Casa Afrânio Peixoto - Lençóis) e a Biblioteca de Extensão, que percorre os bairros, parques e praças da cidade de Salvador.

- Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB)

Coordenação de Literatura, responsável pela implementação de políticas públicas para literatura.

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário - A Secretaria de Educação do Estado da Bahia tem por finalidade formular diretrizes e promover a definição e implantação de planos, programas, projetos e ações relativas à educação no âmbito do Estado. Através do Gabinete do Secretário são desenvolvidos diversos Programas que tem por objetivo a alfabetização de crianças e adultos.

Superintendência de Desenvolvimento da Educação Básica (Sudeb) tem por finalidade planejar, coordenar e acompanhar o desenvolvimento do currículo da Educação Básica. Desenvolve, através da sua Coordenação de Projetos Inter-setoriais, o Projeto Tempos de Arte Literária (Tal). O Tal é uma experiência pioneira, de caráter educativo, artístico-literário e cultural, que vem sendo desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, desde março de 2009. O projeto, além de estimular o hábito da leitura, incentiva a produção literária nos ambientes escolares. Instituto Anísio Teixeira (IAT) é responsável pela formação dos recursos humanos da rede pública de ensino, por meio da

experimentação e pesquisa. Sua missão é assegurar formação de qualidade aos profissionais da Educação da Rede Pública do Estado da Bahia, numa dimensão criadora, participativa e crítica-reflexiva, mediante planejamento e coordenação de estudos e projetos de ensino, pesquisa, experimentação e tecnologia educacional. Desenvolve formação continuada para professores e bibliotecários em mediação de leitura.

Segundo dados do Conselho Deliberativo do Plano Estadual do Livro e da Leitura a Comissão executiva confrontou-se com uma realidade marcada pela falta de indicadores culturais. Este é um problema da cultura brasileira como um todo, não é uma especificidade da Bahia, nem do Livro e Leitura. Não sem motivo, entre as 53 metas apresentadas no Plano Nacional de Cultura-PNC (2012), quatro – as metas 2, 3, 7 e 41 – fazem referência à necessidade de se obter e divulgar informações e indicadores culturais atualizados e confiáveis. Para elaboração do diagnóstico a Comissão buscou dados relevantes nas Secretarias Estaduais de Educação e da Cultura, bem como nas Secretarias Municipais de Educação e Cultura. Os Conselheiros do PELL-BA, representantes dos diversos setores do livro e leitura da capital e do interior, contribuíram com informações das suas áreas e regiões. Dados de abrangência nacional também foram utilizados.

Ressaltou-se durante o processo de construção do PELL-BA para urgência de um monitoramento da cadeia produtiva do livro e leitura. Trabalhou-se com os dados disponíveis, mas as discussões nas assembleias do Conselho Deliberativo do PELL evidenciaram pouca confiabilidade dos dados encontrados. Por exemplo: mapeamento de escolas públicas que possuem biblioteca; levantamento de professores do Estado que possuem algum tipo de formação em mediação de leitura; projetos contemplados em editais e que tenham como temática o livro e a leitura; resultado das conferências setoriais do livro, leitura e bibliotecas dos anos entre 2008 e 2014. Mapeamento de editoras e livrarias; levantamento de mediadores de leitura e bibliotecas comunitárias nas suas respectivas regiões, etc.

O Plano Estadual do Livro e Leitura do Estado da Bahia (PELL-BA) alinhou-se ao Plano Nacional do Livro e Leitura, ao Plano Estadual de Cultura, Plano Nacional de Cultura – (PNC) e Plano Nacional de Educação – (PNE), apresenta diretrizes, ações e estratégias que devem orientar a política estadual para democratização do acesso ao livro e promoção da leitura considerando os 27 Territórios com duração até 2022. A deliberação dos diagnósticos, pressupostos norteadores, objetivos e eixos temáticos, foram realizados

em regime de mútua cooperação entre as Secretarias de Cultura e de Educação da Bahia, além da cadeia produtiva, criativa e sociedade civil organizada através de audiências públicas e conferências de cultura e setoriais. Os eixos temáticos do PELL – Bahia estruturam-se em três:

1. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO LIVRO, CONSIDERANDO OS 27 TERRITÓRIOS

Estratégia 1 – Fortalecer a rede de bibliotecas

Estratégia 2 – Conquistar novos espaços de leitura

Estratégia 3 – Ampliar o acesso ao livro

2. LEITURA COMO PRÁTICA SOCIAL

Estratégia 4 – Fomentar a leitura

Estratégia 5 – Formar mediadores de leitura

Estratégia 6 – Desenvolver pesquisas e sistemas de informação na área do livro e da leitura

3. DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO

Estratégia 7 – Incrementar a rede produtiva do livro

Estratégia 8 – Apoiar a rede criativa do livro

Divididos em 8 estratégias, a serem atingidas até o ano de 2022, através de 56 ações que podem ser consultadas no texto<sup>17</sup> do Plano Estadual do Livro e da Leitura, aprovado pelo Decreto Nº 13193 DE 13/11/2014, assim como o itinerário riscado pela equipe da FPC para inserção do assunto na agenda política local. Seguindo, este intuito o PELL foi inaugurado apresentado aos territórios através de duas intervenções: A Campanha Leia e Passe Adiante, e o Concurso Escritores Escolares.

A Campanha foi veiculada em radio e televisão através de parceria com IRDEB<sup>18</sup>, consistiu numa estratégia de apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no estado da Bahia. Em edições da Festa Literária Internacional de Cachoeira, a campanha foi implementada com circuitos de contação de histórias que reunindo mais de 200 crianças nos quatro dias em que a Fundação Pedro Calmon esteve em Cachoeira, por meio de projetos infanto-juvenis como ‘O Boi Multicor’, do educador Jorge Conceição, que ressignificou os contos infantis de forma afirmativa. Durante a Festa Literária Internacional de Cachoeira foi idealizado espaço de interação com jovens no intuito de serem entrepostos de doação e troca de livros; além disso, a campanha estendeu-se para espaços comunitários com distribuição de postais e livros.

<sup>17</sup> Acessar: [http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/PLANO\\_ESTADUAL\\_DO\\_LIVRO\\_LEITURA\\_PELL\\_BAHIA.pdf](http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/PLANO_ESTADUAL_DO_LIVRO_LEITURA_PELL_BAHIA.pdf)

<sup>18</sup> Instituto de Radio Difusão da Bahia, dirige a Rádio e TV Educadora da Bahia.

O Concurso Escritores Escolares ao ser inaugurado objetivou envolver jovens estudantes do ensino básico da rede pública e privada dos 27 Territórios de Identidades da Bahia na construção de um espaço favorável à promoção do hábito da leitura e escrita através da democratização do acesso ao livro, valorizando a leitura como prática social, tal como define o eixo II do PELL. Ao premiar os vencedores com livros, a Diretoria do Livro e da Leitura sugeriu a criação de Clubes de Leitura com grupos de amigos dos bairros de origem dos vencedores, a fim de estimular o hábito da leitura fora do ambiente educacional, ou em espaços não convencionais, e assim atacar uma dura realidade em nosso Estado que desfavorece à leitura, segundo diagnóstico do Plano Estadual do Livro e Leitura:

1. Índices elevados de analfabetismo e baixo nível de escolaridade da população.
2. Fragilidade de práticas leitoras nas escolas (professores e estudantes).
3. Apenas 16% da população brasileira tem biblioteca em casa.

Segundo dados da última pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, 45% da população brasileira não leem. A falta de interesse fica em primeiro lugar, com 78% e a falta de tempo em segundo, com 50%. Outro dado da pesquisa que nos importa para fortalecer o Concurso para Escritores Escolares é que dos 55% que se afirmam leitores, 45% quem incentivou foi um professor ou professora, 43% mãe/pai. Neste sentido, o concurso articula e fortalece dois dos principais espaços formadores de leitores plenos: a escola e a família. O concurso, portanto reconhece jovens escritores das escolas públicas e privadas da Bahia, e com a premiação democratiza-se o acesso ao livro no seio familiar com a criação de uma pequena biblioteca composta por 100, 75 e 50 livros de autores baianos e nacionais respectivamente para os vencedores em primeiro, segundo e terceiro lugar. Entre 2008 e 2014, foram investidos pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia através do Fundo de Cultura do Estado no tangente a livro e leitura R\$ 4.340.000,00 (Quatro milhões trezentos e quarenta mil reais). Nestes investimentos, não estão inseridos investimentos do Programa Mais Cultura com os projetos Agentes e Pontos de Leitura. Além do montante investido, as estruturas administrativas e consultivas, como a criação da DLL – Diretoria do Livro e da Leitura, do Conselho Deliberativo do PELL, o Colegiado Setorial do Livro e da Leitura, e dos editais públicos configuram-se patrimônio importante desta política.

### **CONSIDERAÇÕES**

Entendendo a Declaração de Santa Cruz de La Sierra como articulação da OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos e do CERLALC - Centro para Fomento do

Livro na América Latina e Caribe para convergência em um modelo de políticas e práticas sugeridos pelo ILIMITA chega-se este fio de Ariadne. Partindo destes princípios, pode-se afirmar que a lei do livro do Brasil (2003) e o Plano Nacional do Livro e Leitura (2006) resultam de desdobramentos transnacionais desterritorializados e enlaçam instituições públicas, privadas, a sociedade civil e o interesse capital de ampliar o hábito da leitura; isto em 21 países, fracionados em distintas unidades federativas autônomas que fragmentam o geopolítico-cultural espaço Ibero Americano, legitimando, assim, novas lógicas sistêmicas ao subverter o antigo jogo da evolução territorial (SANTOS, 2012, 79).

Neste movimento contemporâneo e seminal, torna-se primaz a necessidade de análise das formulações e questões impostas por estruturas organizacionais do campo das políticas culturais, ora desterritorializada, borrando fronteiras, ora traçando seus limites, no que se refere à promoção do hábito leitor. Desfiar, portanto, o tecido histórico destas políticas para estudar seus desdobramentos regionais e locais configuram interesses peculiares que podem auxiliar uma leitura mais aprofundada das políticas culturais para promover o acesso ao livro no Brasil, em especial na Bahia. E neste sentido, dirigir-se a uma investigação qualitativa e quantitativa das políticas e praticas para promoção do hábito da leitura e da democratização ao acesso ao livro.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bahia, Secretaria Estadual de Cultura da. CALMON, Fundação Pedro. PLANO ESTADUAL DO LIVRO E LEITURA DA BAHIA, salvador, Bahia, 2014. In: [http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/PLANO\\_ESTADUAL\\_DO\\_LIVRO\\_LEITURA\\_PELL\\_BAHIA.pdf](http://www.fpc.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/PLANO_ESTADUAL_DO_LIVRO_LEITURA_PELL_BAHIA.pdf)

BAKER, Ronald; ESCARPIT, Robert. A fome de ler. Trad. J. J. Veiga. Editora Fundação Getúlio Vargas/ Instituto Nacional do Livro – MEC. Rio de Janeiro, 1975

BOTREL, Jean-François. Libros y lectores en la España del siglo XX. RENNES, JFB, 2008.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese doutorado, defendida junto ao Programa de Pós-graduação Educação: História, Política, Sociedade, da PUC/SP, sob orientação do Prof. Dr. Kazumi Munakata. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, 2007.

CASTAÑEDA Rosa Luz Dávila. El libro em América Latina: situación actual y políticas públicas. In: Portal Iberoamericano de Gestión Cultural - Boletín Gestión Cultural Nº 13: Políticas de apoyo al setor del libro, septiembre de 2005.

CASTILHO, José (Org.). PNLL: textos e histórias. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010. 340p.

CERLALC/OEI. Agenda de políticas públicas de lectura. Bogotá: 2004.



LEITE, Camila Rodrigues. BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECA. In: VII Seminário Internacional de políticas culturais, 17 a 20 de maio de 2016, Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2016,

LIMA, Hanayana Brandão Guimarães Fontes Políticas culturais na Bahia: panorama histórico. Comunicação apresentada no Seminário Internacional sobre Políticas Culturais, realizado pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. In: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010 Acessado em 22/04/2016 <https://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/42307/45978>

MORAES FILHO, João Vanderlei de. Políticas culturais para a promoção da leitura e acesso ao livro no espaço cultural latino americano: análise comparativa dos Planos Nacionais de Leitura do Brasil e da Colômbia (2003-2010) / João Vanderlei de Moraes Júnior. - 2013. 152 f.: il. [Dissertação de Mestrado]

MORAES FILHO., João V. de. Novos paradigmas de políticas culturais para o livro e leitura na América Latina: uma análise dos Planos Nacionais de Leitura do Brasil e Colômbia. In: CD/ Anais do II Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2009, Feira de Santana. II Ebecult - Encontro Baiano de Estudos em Cultura, 2009.

MORAES FILHO., João V. de. Políticas Culturais do Livro e Leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.). Políticas Culturais no Governo Lula. Salvador: EDUFBA, 2010, v. 6, p. 179-199.

MORAES FILHO, João Vanderlei de. É possível borrar fronteiras em nome da leitura? Decalcando enlazes e des(a)fios federativos em políticas culturais para o livro na América Latina. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EDIÇÃO E RECEPÇÃO DO LIVRO NA IBEROAMÉRICA DESDE O PÓS-II GUERRA MUNDIAL ATÉ 2000. Universidade Nova de Lisboa, CHAM, 2016.

NETO, Leonardo. MinC mexe na estrutura da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. In: PUBLISHNEWS, de 26/07/2016. Acessado em 26/07/2016 no link: <http://www.publishnews.com.br/materias/2016/07/26/minc-mexe-na-estrutura-da-diretoria-do-livro-leitura-literatura-e-bibliotecas>

PEÑA, Luis Bernardo y ISAZA, Beatriz Helena. Una región de lectores: Análisis comparado de planes nacionales de lectura en Iberoamérica. CERLALC, OEI: Bogotá, 2005.

REVISTA OBESERVATÓRIO Itau Cultural – N.17 (Ago/Dez) Livro e leitura: das políticas públicas ao mercado editorial. – São Paulo, Itau Cultural, 2014

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. (Org.) Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM(a), Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Org.). Políticas culturais na Ibero-América. Salvador: Edufba, 2008.

RUS, Ana MARTÍNEZ. La política del libro y las ferias del libro de Madrid (1901-1936). *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 2003, 25 217-234. ISSN: 0214-400X

RUS, Ana MARTÍNEZ. GARCÍA, Raquel SÁNCHEZ. *Orígenes y evolución de la Cámara Oficial del Libro de Madrid*.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. 22ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SORÁ, Gustavo. TEMPO E DISTÂNCIAS NA PRODUÇÃO EDITORIAL DE LITERATURA. MANA 3(2):151-181, 1997.